



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

10/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

INSS tem novas regras para reagendar perícias médicas

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou nesta quinta-feira (9), no "Diário Oficial da União", uma portaria que define regras para a remarcação de perícias médicas. A norma fixa prazos para reagendamentos e orienta os segurados sobre o que fazer em caso de impossibilidade de comparecimento.

A portaria estabelece que o segurado que não puder ir à perícia médica na data agendada deve remarcar o atendimento de maneira remota, seja pela plataforma Meu INSS ou pelo telefone 135. O segurado que está à espera de um auxílio-doença ou de uma aposentadoria por invalidez deve fazer o reagendamento de sua perícia até um dia antes da data marcada, para evitar problemas com seu pedido. Ele pode remarcar sua perícia pelo 135 ou pelo Meu INSS.

"Em caso de absoluta impossibilidade de informar a nova data da perícia médica na presença do usuário, o servidor deve orientá-lo a consultar a nova data de seu agendamento por meio do Meu INSS ou da Central 135, a partir das 13h do dia seguinte à ocorrência", diz o texto.

A portaria determina ainda que, "na impossibilidade de remarcação do atendimento pela própria unidade, compete ao Serviço ou Seção de Atendimento providenciar o suporte necessário para cumprimento do disposto".

Saiba mais em: <https://agora.folha.uol.com.br/>, sexta-feira 10 de setembro.

Taxa de desemprego entre os mais pobres é de 36%

A taxa de desemprego da metade mais pobre dos brasileiros subiu quase dez pontos durante a pandemia, de 26,55% para 35,98%. Entre os 10% mais ricos a mesma foi de 2,6% para 2,87%, aponta um estudo da FGV Social divulgado nesta quinta-feira (9).

No caso dos mais pobres, no entanto, essa perda é ainda mais dramática, chegando a 21,5% no período —o que revela que a desigualdade só aumentou durante a crise sanitária. Enquanto isso, os 10% mais ricos tiveram, em média, uma queda de 7,16%, ou menos de um terço dos brasileiros de menor renda.

Os pesquisadores da FGV Social apontam que mais da metade (11,5 p.p.) dessa queda na renda dos mais pobres se deve a muitos terem desistido de procurar uma vaga diante da alta taxa de desemprego, situação conhecida como desalento.

Ainda segundo a FGV Social, os que mais perderam renda foram os moradores da região Nordeste (-11,4%). Em contraste, no Sul, essa perda foi de 8,86%, por exemplo. Além deles, as mulheres, que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa tiveram uma queda de 10,35% na renda, em comparação com uma redução de 8,4% entre os homens.

"Os idosos com 60 anos ou mais também perderam especialmente por terem de se retirar do mercado de trabalho em função da maior fragilidade em relação ao Covid-19 (-14,2% de perda)."

Segundo o estudo, coordenado pelo professor Marcelo Neri, a redução de renda dos ocupados por hora —por causa da aceleração da inflação, do desemprego e da redução das jornadas de trabalho— também está entre as causas da perda de renda entre os mais pobres.

Saiba mais em: [Folha de São Paulo](#), sexta-feira 10 de setembro.

Consumo das famílias em supermercados cresce 4,84% em julho

O consumo das famílias brasileiras aumentou 4,84% em julho deste ano na comparação com junho, mas caiu 1,15% ante o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o índice foi positivo, ficando em 3,24%. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a queda mensal foi a segunda do ano, já que em junho o Índice Nacional de Consumo das Famílias nos Lares Brasileiros havia detectado baixa de 0,68% na comparação com o mesmo mês de 2020.

O levantamento também mostrou que o custo da Cesta Abrasmercado, que inclui 35 produtos de largo consumo (alimentos, cerveja, refrigerante e produtos de higiene), fechou o mês em R\$ 668,55, com acréscimo de 0,96% em relação a junho. Comparando com julho de 2020, a alta foi de 23,14%.

Saiba mais em: Agência Brasil, sexta-feira 10 de setembro.

Dieese: cesta básica sobe em 13 das 17 capitais pesquisadas

O custo médio da cesta básica em agosto teve alta em 13 das 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O levantamento, divulgado quarta (8), mostra que os maiores aumentos foram em Campo Grande (3,48%), Belo Horizonte (2,45%) e Brasília (2,10%).

A cesta mais cara é a de Porto Alegre que custa R\$ 664,67 e teve alta de 1,18 % em agosto. A de Florianópolis é a segunda mais cara (R\$ 659), com elevação de 0,7% no mês. A de São Paulo ficou em R\$ 650,50, com variação de 1,56%.

Em Brasília, a cesta básica acumula alta de 34,13% em relação a agosto de 2020 e custa, hoje, R\$ 594,59. Na comparação com agosto do ano passado, o conjunto básico de alimentos teve elevação nos preços em todas as capitais pesquisadas.

Nos primeiros oito meses de 2021, a cesta básica teve aumento de 11,12% em Curitiba, o maior no período, com valor atual de R\$ 600,47.

Entre os produtos que ajudaram a puxar a alta no custo, está o café em pó que subiu em todas as capitais. A elevação chegou a 24,78% em Vitória. O açúcar teve alta em 16 capitais, com aumentos que ficaram em 10,54% em Florianópolis e 9,03% em Curitiba.

O litro do leite integral subiu em 14 capitais pesquisadas, com alta de 5,7% em Aracaju e de 2,41% em João Pessoa.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 10 de setembro.

Puxado pelos combustíveis, IPCA de agosto atinge quase 10%

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês passado com alta de 0,87%, um recorde para o mês desde 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, o maior percentual desde fevereiro de 2016, quando alcançou 10,36%.

Entre os nove grupos e serviços pesquisados pelo instituto, oito subiram em agosto, com destaque para os transportes, com alta de 1,46%, puxado pelos combustíveis. A gasolina subiu 2,80% o etanol 4,50%, o gás veicular 2,06% e o óleo diesel 1,79%.

O grupo alimentação e bebidas saiu de uma elevação de 0,6% em julho para 1,39% em agosto. As famílias pagaram mais pela batata-inglesa (19,91%), café moído (7,51%), frango em pedaços (4,47%), frutas (3,90%) e carnes (0,63%). Por outro lado, ficaram mais baratos a cebola (-3,71%) e o arroz (-2,09%).

As famílias gastaram 0,68% a mais com habitação em agosto. A energia elétrica subiu 1,10%, após já ter aumentado 7,88% em julho. O gás encanado aumentou 2,7% e o de botijão, 2,40%. A taxa de água e esgoto recuou 1,02%.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 10 de setembro.